

REQUERIMENTO
(Do Sr. Carlos Souza)

Requer a realização de audiência pública sobre a Agenda Positiva da Amazônia, com a presença dos técnicos da Secretaria de Coordenação da Amazônia/Ministério do meio Ambiente e dos Secretários Estaduais do Meio Ambiente das unidades federativas integrantes da Região Amazônica.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa, nos termos do art. 255 do Regimento Interno, que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada reunião de audiência pública para conhecer e debater as ações implementadas e os resultados obtidos relativos à Agenda Positiva da Amazônia.

JUSTIFICAÇÃO

Parece não pairar dúvida, nos mais diversos setores, quanto à necessidade de implementar um novo modelo de desenvolvimento, verdadeiramente sustentável, para a Amazônia, de forma a aliar o crescimento econômico com a preservação do meio ambiente, ambos imprescindíveis para a

garantia de boa qualidade de vida à presente e às futuras gerações.

Com o objetivo de traçar as diretrizes para esse novo modelo de desenvolvimento, o Ministério do Meio Ambiente — MMA, por meio da Secretaria de Coordenação da Amazônia, realizou um trabalho magnífico, nos anos de 1999 e 2000, que envolveu todas as unidades da Federação da Região e vários segmentos representativos da sociedade: Paramentos, Governos (nos três níveis), movimentos sociais organizados, comunidades tradicionais, entidades privadas, organizações não-governamentais, universidades e instituições de pesquisa.

Como resultado dessa discussão, obtiveram-se, inicialmente, as Agendas Positivas Estaduais. Em junho de 2000, em promoção conjunta do MMA e da então Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados, realizou-se o “Seminário Regional da Agenda Positiva da Amazônia: Sociedade e Estado em Parceria na Busca de Alternativas para o Desenvolvimento Sustentável”. Desse evento, resultou a Agenda Positiva da Amazônia, a qual, em conjunto com as agendas positivas estaduais, deve orientar as políticas e ações governamentais em relação à região. Em consonância com tal propósito, as ações previstas contemplam aspectos tão variados como zoneamento ecológico-econômico, infra-estrutura (transporte e energia), geração sustentável de emprego e renda, licenciamento ambiental em propriedades rurais, política fundiária, ciência e tecnologia, monitoramento e controle ambientais e fortalecimento institucional e legislação, entre outros.

Para dar continuidade a esse processo, tão democrático e participativo, e, além disso, exercer nossa atribuição constitucional de fiscalizar e acompanhar as políticas públicas, é importante que esta Comissão promova uma

audiência pública para conhecer e debater as ações implementadas e os resultados obtidos relativos à Agenda Positiva da Amazônia, para a qual contamos com o apoio dos nobres Pares.

Sala das Sessões, em de de 2004.

Deputado Carlos Souza